



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – IHL
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

Gesica Itelvina Martins de Pina

**Escola como estratégia da descolonização:
estudos comparados entre Brasil e Guiné Bissau.**

REDENÇÃO-CE
2017

Gesica Italvina Martins De pina

**Escola como estratégia da da descolonização
estudos comparados entre Brasil e Guiné Bissau.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como exigência para a obtenção parcial do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof^a Dr^a Caroline Leal


Data de Aprovação: Acarape- CE, 10 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA



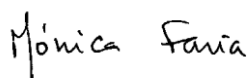
Caroline Farias Leal Mendonça, Dra.

(Orientadora - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira).



Fernanda Aparecida Domingos Pinheiro, Avaliadora, Dra.

(Membro 1 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira).



Elisabete Mónica Moreira Faria, Avaliadora, Dra.

(Membro 2 - Investigadora Integrada no Lab2PT/Universidade do Minho/Portugal)

Agradecimentos

Quero dar agradecimentos as pessoas que fazem parte da minha vida: primeiramente à Deus, todo poderoso, por ter me dado, vida, saúde e força, nesse percurso, agradeço a Ele por tudo que fez por mim, aos meus pais, vou agradecê-los por serem bons exemplos, bons pais, se hoje estou cá e sou a pessoa que sou, são apoio à educação que me deram, e do meu grande Pai do céu que me fizeram a segui-lo, que sempre está comigo. Os agradeço por me apoiaram sempre na minha trajetória acadêmica até eu chegar onde estou, me mostraram que sou capas, pela coragem de me deixarem viver longe deles. É difícil vos recompensar, mas farei o máximo para vos alegrar e verem o bom e fruto dessa distancia. Às vezes me dá vontade de desistir, nessa caminhada, longe das minhas famílias, com dificuldades que nunca passei, mas, quando lembro que tenho compromisso com vocês, e Deus Pai celestial maior de todas as coisas, me dá a força de continuar, de enfrentar tudo que virá e me sinto que não estou sozinha. Lembro de um versículo que memorizei desde criança: salmos 121: 1 que diz assim: “Elevo os meus olhos para o monte de onde virá o meu socorro? O meu socorro vem do senhor que fez céu e a terra”. Não posso falar da minha vida sem falar da minha religião, sou adventista do sétimo dia, a tradição que os meus pais me transmitiram é a religião, não é a cultura tradicional, nem animismo, por isso minha cultura e minha etnia é a minha religião.

Continuado aos agradecimentos, sem esquecer dos meus irmãos, que sempre foram meus inspiradores, contribuíram muito na minha vida escolar. Ao José Aerton Mendes Pereira, que é uma família para mim, aqui no Brasil, agradeço a ele, por coragem e motivações. Agradeço a Professora Caroline Leal, minha orientadora pela oportunidade e dedicação que teve por mim ao longo do meu trabalho a sua compreensão e confiança. Agradeço a universidade (UNILAB), por ser uma universidade de integração, graças aos seus métodos de ensino, hoje eu pude ter outra visão, que não tinha e não estudei nas escolas do meu país, graças à UNILAB, hoje sei mais da minha origem, aprendi e valorizar os meus saberes, me identificar com a minha realidade. Enfim agradeço a todos e a todas, que duma forma ou outra, contribuíram para a concretização deste trabalho.

DEDICATÓRIA

Dedicarei esse trabalho, principalmente, para o Ministério de Educação da Guiné Bissau, em valorizar os nossos saberes próprios, em descolonizar, e recriar um novo currículo escolar, onde os nossos saberes são primordiais.

Aos meus familiares e a todos os guineenses que ainda reproduzem os saberes do colonizador, e vejam “os saberes e culturas próprios como inferior”.

Do outro lado dedicarei a todos índios do Brasil.

Sumário

- 1- INTRODUÇÃO
- 2- JUSTIFICATIVA
- 4- PROBLEMATIZAÇÃO e Revisão de literatura
- 5 - OBJETIVOS
- 5- REFLEXÕES METODOLÓGICAS
- 6- CRONOGRAMA
- 7- BIBLIOGRAFIA
- 8- ANEXOS

1. Introdução

“A vida só pode ser compreendida olhando-se para trás; mas só pode ser vivida, olhando-se adiante” (Soren Kierkegaard)

Sou a Gessica Itelvina Martins de Pina, nasci na cidade de Bissau capital de Guiné Bissau no dia 21 de janeiro de 1995, filha de pai Félix Martins de Pina de origem Cabo Verdiana e da mãe Linda Bamba, nacionalidade guineense de etnia Balanta. Na verdade, não sei nada sobre essa etnia, depois vou falar o porquê. Na Guiné Bissau, quando o/a filho/a é de pais de uma etnia ou nacionalidade diferentes, o/a filho/a vai pertencer à nacionalidade ou etnia do pai, mas no meu caso é diferente, digo sou da etnia Balanta, com orgulho, porque nasci na Guiné, nasci da decisão da minha avó materna, que é também da mesma etnia Balanta, não sei falar a língua étnica Balanta. Só falo duas línguas, que são: português e o crioulo, devido à má influência da colonização, na verdade não sei nada a respeito da etnia balanta e sei pouco da realidade do meu povo, e este, é o meu motivo de escolher o tema deste projeto de pesquisa.

Entender como os índios vão manter uma educação diferenciada a fim de descolonizar e de ter uma educação liberta da influência eurocêntrica me despertou muito interesse. Para tornar mais claro como construí o interesse no tema vou apresentar um pouco da minha vida, da minha trajetória.

Tive a infância e juventude muito tranquila, apesar de poucos problemas familiares, graças à Deus nunca faltou coisas básicas na minha casa, comecei a estudar com três anos, numa escola privada que é a Escola Adventista Betel, e graças à boa educação que tem, passei a minha vida escolar lá, até os 11 anos. Aos 12 anos estudei também numa outra escola privada, chamada Franco Portuguesa. No decorrer do meu estudo sempre tive apoio dos meus pais e dos meus irmãos mais velhos, sou a caçula da família, terminei o ensino médio no ano 2011/2012, com 17 anos de idade. Desde criancinha até o meu último ano escolar sonhava ser médica, mas mudei de ideia porque a maior parte da minha família é da área de saúde. Então optei para área de Ciências Sociais e no mesmo ano comecei o ensino universitário, na universidade Jean

Piaget de Guiné Bissau. Nunca pretendi estudar fora do meu país, medo de estar longe dos meus pais, pensando que não sou capaz de enfrentar e resolver nada sozinha, por ser tão mimada da casa. No ano de 2014 a universidade veio a ter vários problemas, diante disso minha mãe decidiu falar com o meu pai para me tirar da universidade e procurar uma bolsa de estudo para outro país. Alguns meses depois o meu pai decidiu fazer a vontade da minha mãe, mesmo sem querer. Resolveu falar com um conhecido no Ministério da Educação afim duma bolsa para Turquia, mas com tanta enrolação por parte do tal conhecido, a minha mãe decidiu ir à Embaixada de Brasil e recebeu a informação sobre a Unilab. Foi assim a minha orientação e a decisão de estudar na Unilab. Fiz o teste e no dia 16 de maio saí do meu país, foi um dia muito triste e doloroso da minha vida, chorei muito, comecei a sentir saudade já aquele dia, no dia 18 do mesmo mês cheguei o Ceará, estado do Brasil. Aqui começou o grande triunfo e dificuldade da minha vida, durante esse tempo vivido a vida me ensinou a viver, passei muitas coisas boas e ruins, a maior dificuldade que passei aqui é o racismo. O racismo é qualquer pensamento ou atitude que separam as raças humanas por considerarem algumas superiores a outras. Já passei o racismo duma forma sutil, em que nem dá para perceber, também outros aconteceram em forma e dpiadas, xingamentos, até a evitação ao contato físico comigo. A verdade é que nenhum lugar está protegido do racismo. Quando se fala de racismo, o primeiro pensamento que aparece na mente das pessoas é contra os negros, mas o racismo é um preconceito baseado na diferença de raças das pessoas, além disso, algumas pessoas valorizam tanto a superioridade das raças brancas que acreditam na purificação delas, onde dominariam o meio em que vivem.

Essa justificativa apareceu na escravidão, em que os negros trabalhavam em condições precárias e eram vendidos como objetos. No nazismo, o foco principal eram os judeus, mas também perseguiram negros, homossexuais, entre outras minorias, para serem executados nos campos de concentração. Com isso, percebe-se como o racismo fez parte da história, e como alguns grupos sofrem muito com isso.

Outras dificuldades que passo são as saudades das minhas famílias, adaptação, gastronomia, a língua. E as coisas boas que já passei aqui são poucas, mas que vai me ajudar para o resto da vida: primeiramente, a chance

de estudar, é um grande privilégio, e outras aprendi a “virar sozinha”, amadureci muito, encontrei um parceiro ideal que me dá força nos momentos de tristeza, nessa caminhada pesada e cansativa.

Agradeço a Deus por todas essas coisas que já aconteceram e acontecem comigo, tanto de bom e de ruim, pois só ele sabe o motivo, enquanto estou viva só vou lhe agradecer. Dois anos e meio de muitas coisas, das conquistas, das dificuldades como estrangeira, apesar de tudo, ainda sou vencedora, lutando para um futuro melhor. Com ajuda de Deus e da professora Caroline Farias Leal Mendonça, escolhi ela não só para me orientar no meu tema, mas por seu um exemplo de pessoa que ela é, e por ser indigenista, digo que quem luta para defesa dos índios, certamente vai saber lidar com estrangeiro, ou principalmente com os negros no Brasil, contra o preconceito, racismo.

Voltando a falar sobre o tema, que é **a escola como a estratégia de descolonização**, ligado aos povos indígenas do Brasil, falar desses povos por mim é como falar dos meus antepassados, que lutaram por meu país para a independência e a descolonização, e como a escola passou por essa etapa ou como foi usada. Se servia como a fonte da colonização para os colonizadores, também serve como a fonte da descolonização para os nativos, de desconstruir a cultura dos outros, também serve para superiorizar, reconstruir, resgatar a cultura.

Na verdade, a educação da Guiné Bissau ainda não descolonizou totalmente, resolvi trabalhar com a educação indígena como exemplo e espelho para o meu país, os índios lutam para ter uma educação diferenciada e libertadora a fim descolonizar a cultura europeia, valorizando as suas, mostrando que não são inferiores através de dar uma continuidade e resgatar a memória passada. Enquanto que no meu país a educação é muito diferente, continuamos ainda presos na ideia eurocêntrica, não se ensina a nossa língua na escola, só se ensina português, existem ainda várias escolas na Guiné Bissau que o/a aluno/a é castigado se for pego a falar Criolo; não se aprofunda nas nossas próprias histórias, dão mais a histórias dos outros países.

Por que não estudar a nossa cultura e história? Esse é o meu maior motivo de escolher esse tema, e com o objetivo de mostrar que podemos ensinar o que nos pertence, nas nossas línguas, e de seguir o mesmo rumo

com os índios. É vergonhoso a mim dizer que não sei nada da minha etnia, porque cresci num meio eurocêntrico, está na hora de romper a nossa mente colonizada. Essa é a relação que me interessou tanto na minha terminalidade e no avanço da educação do meu país, analisando a possibilidade de os/as educadores/as poderem ensinar e valorizar a nossa educação que nem os índios no Brasil.

A nossa educação é rica devemos aproveitá-la, valorizá-la e ensiná-la, mostrando que temos a nossa educação, a fim de romper a ideia do eurocentrismo de que “somos inferiores”. Não somos superiores a eles, mas sim somos iguais, porque cada povo é um uma educação, cada povo tem a sua maneira de educar.

2- Justificativa

Este projeto cujo tema é a escola como a estratégia da descolonização, tem por objetivo descrever e analisar como escola entra no processo do resgate da memória e da cultura, por uma educação decolonial e libertadora, a fim de superar o eurocentrismo e valorizar e ensinar o que é o nosso. Como afirma Aníbal Quijano (2005, p.275) “É tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa a imagem é sempre necessariamente distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos”.

O grande interesse pelo tema partiu da minha história de vida, conforme relatei em parte acima, e quando uma professora na Unilab me pediu pra falar da minha história de vida e sobre a minha etnia (Balanta), não sabia nada mesmo sobre a minha etnia, e só sabia um pouco do meu país (Guiné Bissau), aí comecei a me culpar, enfim vi que o culpado é a educação escolar do meu país que não trata do que é o nosso, porque a escola não é só um local de saber ler e escrever, como afirma numa publicação de Conselho Indigenista Missionário(CIMI) “ a escola e a educação escolar é um instrumento de resistência contra toda forma de colonialismo”

Neste trabalho pretendo trabalhar com a escola dos índios Kanindé, localizados no município de Aratuba/CE, no Maciço de Baturité, como os grandes estratégicos do resgate da memória, preservadores da cultura própria, guardiões da memória e um grande exemplo para educação da Guiné Bissau,

que está totalmente colonizado. E com esse projeto, pretendo concretizar o meu sonho que é de fazer que todos os alunos e as alunas guineenses saibam primeiro da nossa história e cultura e depois dos outros, a nossa educação precisa duma reforma no histórico escolar. O foco da minha pesquisa é saber como os índios Kanindé preservam as suas histórias e culturas nas escolas a fim de descolonizar.

E com esse projeto pretendo seguir a carreira da Educação com a arma desse grande desafio escolar, não só do meu país, mas sim de todo os países que a educação escolar ainda está colonizada.

A razão de pesquisar a escola como a estratégia da descolonização, é saber quais os procedimentos e métodos de aprendizagem que a escola do povo Kanindé usa para se descolonizar e dar continuidade a uma educação que um dia foi inferiorizada, “apagada” pelos colonizadores. Isso porque eu passei uma experiência na escola no sétimo ano, que me despertou atenção só aqui na universidade, muitos anos depois, e hoje considero que eu era inocente e corrompida com o eurocentrismo. A minha escola tinha uma cooperação chamado ADRA, que ajudava os meninos que os pais não tinham condição de pagar o estudo, traziam outros do interior do país. Havia um menino da mesma sala comigo que era apoiado por essa cooperação, ele era do interior, as pessoas dos interiores são mais preservadores das culturas, a maioria das pessoas da capital as chamam de pão da terra, isto é a mesma coisa com as pessoas que são chamados de “caipiras” no Brasil.

A maioria achava que são pessoas “incapazes”, então esse menino ficava totalmente diferente, sempre calado na sala de aula, por não saber falar português e com medo de errar, porque no início do ano letivo logo na apresentação, sabemos que não sabia falar português e na escola era proibido falar Criolo, caso o aluno ou aluna falar o Criolo, ele ou ela vai ser castigado. E cada vez que ele tentava falar o português, sofria muito, nós o zombava, chamamos a ele de “buro”, e professor lhe proibia de falar Criolo.

Ele resolveu ficar sempre calado na sala de aula, cada vez a sua situação complicava, num dia em um encontro de grupo de estudo que se reunia sempre quando a prova do final do trimestre estava prestes a ocorrer, reunimos para exercitar a matemática, ali descobrimos que ele era muito bom na matemática e começamos a nos aproximar dele, mas mesmo assim ele

continuou a ficar calado na sala de aula. Essa realidade que vivi mostra uma escola idêntica ao do colonizador, por isso há questões e a história da minha vida a não saber quase nada do meu país e da minha etnia fez-me abordar esse tema.

Com a pesquisa sobre a realidade do ensino dos povos indígenas que reivindicam uma escola própria, que faz a crítica ao currículo nacional, desejo que meu trabalho possa contribuir muito no meu país. Questionar algumas pessoas que valorizam mais o ensino proposto pelos colonizadores ou por aqueles que não têm conhecimento sobre a sua própria história e cultura, fazer com essas pessoas valorizem-se com o que são delas. Desse modo fazer a escola entrar nesse cenário como o instrumento da resistência contra a cultura imposta pelos colonizadores.

3- Problematização e Revisão da Literatura.

A descolonização na perspectiva indígena é romper com o *epistemicídio*. Esse conceito foi estudado pelo professor Boaventura de Sousa Santos (2009) que o explica do seguinte modo:

Nisso consistiu o epistemicídio, ou seja, a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena (Santos:1998:2008). De facto, sob o pretexto da 'missão colonizadora', o projecto da colonização procurou homogeneizar o mundo, obliterando as diferenças culturais (Meneses, 2007). Com isso desperdiçou-se muita experiência social e reduziu-se a diversidade epistemológica, cultural e política do mundo (SANTOS e MENESES, 2009, p.10)

Nessa perspectiva que os povos indígenas tentam romper com as influencias e culturas dos colonizadores no pensamento e na forma de produzir conhecimento, a fim de apropriar das suas culturas, fazer com que ela se torne autônoma. E pra que isso aconteça, eles usam várias estratégias para descolonizar, uma delas é a escola, já que a escola servia para os europeus como um dos suportes de Poder que opera de maneira estratégica através da dominação epistêmica (CIMI,2015, p.18). A dominação epistêmica é uma forma de racismo, que Grosfoguel (2007, p.32) vai chamar de "racismo epistêmico":

a epistemologia é um dos racismo mais invisibilizados no “sistema-mundo capitalista/patriarcal/ moderno/ colonial”, o racismo epistêmico considera os conhecimentos não-ocidentais, como inferiores aos conhecimentos ocidentais

Abordar a Escola como estratégia de descolonização significa dizer que é um processo histórico e muito exigente, como explica Franz Fanon:

A descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores sobrecarregados de essencialidade em atores privilegiados, colhidos de modo quase grandioso pela roda-viva da história. Introduce no ser um ritmo próprio, transmitido por homens novos, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é, em verdade, criação de homens novos (FANON, 1968, p.26).

Segundo o pensamento de Fanon, a descolonização deve ser compreendida para além da libertação das colônias em países soberanos, ela tem a ver com a libertação das mentes e do ser das pessoas como explica outro autor “ não podemos pensar na descolonização como a conquista do poder sobre as fronteiras jurídico-políticas de um Estado, ou seja, como a aquisição de controle sobre um único Estado-Nação” (GROSFOGUEL, 2008, p.125). Para o Ramón Grosfoguel, a descolonização requer a desconstrução da mesma prática (prática global ou europeu) de impor modelos:

A necessidade de uma linguagem crítica comum de descolonização requer um tipo de universalidade que já não seja um desenho imperial global/universal monológico e monotópico, quer de direita ou de esquerda, imposto ao resto do mundo pela persuasão ou pela força e em nome do progresso ou da civilização (GROSFOGUEL, 2008, p.125)

O debate teórico sobre a descolonização do saber propõe que existe uma “ Colonialidade do saber”. No pensamento de Carlos Walter, a colonialidade do saber, cria desigualdade e injustiça sociais, distancia a pessoa do seu mundo:

A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da

dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias. Como nos disse Walter Mignolo, o fato de os gregos terem inventado pensamento filosófico², não quer dizer que tenham inventado O Pensamento. O pensamento está em todos os lugares onde os diferentes povos e suas culturas se desenvolveram e, assim, são múltiplas as epistemes com seus muitos mundos de vida. Há, assim, uma diversidade epistêmica que comporta todo o patrimônio da humanidade acerca da vida, das águas, da terra, do fogo, do ar, dos homens. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.3)

A descolonização do saber é a construção de uma outra escola no currículo, com saber próprio, a fim de resgatar os saberes e praticá-los dentro ou fora da escola. A relação da escola e a descolonização dum país é muito fundamental, quando a educação escolar é libertadora e transformada do ensino dos colonizadores, a escola passa a ser muito importante, pois ela também faz parte da sociedade, por isso não pode ela fugir da realidade dum sociedade, deve ela entrar em diálogo com a sociedade inserida.

No Brasil a escola para os indígenas desde a época colonial cumpria o objetivo de formar pessoas dóceis e preparadas para servir aos “senhores”, a escola era um eficiente meio de integrar os indígenas à sociedade não-indígena obrigatoriamente. Como explica Rosa Helena Dias (2000) apoiada nos estudos de Mariana Kawal Ferreira (1992):

A primeira [fase da educação escolar para os indígenas] situa-se à época do Brasil colônia, em que a escolarização dos índios esteve a cargo exclusivo de missionários católicos, notadamente os jesuítas. Um segundo momento é marcado pela criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, e se estende à política de ensino da FUNAI e sua articulação com o Summer Institute of Linguistics (SIL) e outras missões religiosas. O surgimento de organizações indigenistas não governamentais e a formação do movimento indígena organizado, em fins da década de 60 e nos anos 70, época da ditadura militar, marca o início da terceira fase. A última delas, iniciativa dos próprios povos indígenas, a partir da década de 80, visa definir e autogerir seus processos de educação formal (DIAS, 2000, p.100)

A escola chega para os indígenas desde a colonização do Brasil como a

máquina destruidora dos saberes indígenas e fim desses povos, como explica Caroline Mendonça:

A história da educação formal para os povos indígenas no Brasil encontra-se associada ao legado colonial. Como afirma Bartomeu Meliá, “os ataques à alteridade e à diferença deram-se de forma múltipla, mas talvez possamos resumir em: imposição de uma língua geral ou nacional, currículo também nacional e professores para os povos indígenas” (MELIÁ, 1999, p. 14). Pode-se afirmar então que a história da educação escolar para os povos indígenas visava o fim destes povos nas dimensões do ser, do saber e do poder. Perspectiva essa que perdurou até as últimas décadas do século XX, e exibida hoje no museu da modernidade branca, eurocêntrica e epistêmica. (MENDONÇA, 2016, p.132)

A escola não pode ser um lugar de opressão nem de impor as normas que fogem à realidade da própria sociedade, como diz o grande Paulo Freire “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. A escola para os índios é uma lógica social,

A escola não é apenas para produzir e socializar saberes, ela também produz as experiências cotidianas integrando a pessoa a uma lógica de sociedade e, ao mesmo tempo, vai produzindo o lugar social que essa pessoa irá ocupar (CIMI, 2015, p15).

Numa das reivindicações da luta dos professores indígenas da defesa escolar, afirmam que: “a educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito”, isso é a mais pura verdade, pois se cada povo é uma cultura, por que não cada povo ter a sua maneira de educar?

A descolonização do saber na perspectiva dos índios no Brasil, é nesse contexto, de tornar livre a decisão da comunidade sobre os tipos de conhecimento que querem na escola, e fazer o currículo do jeito deles. Como podemos ver nos direitos que eles conquistaram na Constituição Federal de 1988 e na legislação que trata da educação escolar indígena. Vejamos um breve histórico desta legislação.

A Constituição Federal de 1988 traçou pela primeira vez na história brasileira uma legislação que atendeu a reivindicação dos povos indígenas de uma educação bilíngue, reconhecendo os o direito a pratica de suas culturas próprias, assegurado aos índios suas especificidades étnico-culturais, cabendo

à União o dever de protegê-las, respeitá-las e promovê-las. No artigo 210, está assegurado as comunidades indígenas, no ensino fundamental regular, o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e garantia a prática do ensino bilíngue em suas escolas. Também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no artigo 32, assegura que o Ensino Fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada as comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. E no artigo 231 “são reconhecidas suas organizações social, costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”.

Em 1999, o Conselho Nacional de Educação, por meio da Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), instituiu as primeiras diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas com o Parecer nº 14/1999 e a Resolução CNE/CEB nº 03/1999, fixaram normas para o funcionamento das escolas indígenas, nos ensinamentos básicos. Segundo documento do Ministério da Educação,

os movimentos sociais dos índios, por sua vez, consideram o CNE uma importante agência política que tem contribuído para a garantia do direito a uma educação escolar diferenciada (MEC, 2012, p.2). No ano de 2012 as diretrizes nacionais foram atualizadas e estão em vigor a Resolução 05/12 e o Parecer 13/12:

Nesse sentido, estas Diretrizes constituem o resultado de um trabalho coletivo, que expressa o compromisso de representantes de diferentes esferas governamentais e não governamentais, com participação marcante de educadores indígenas, envolvidos com a promoção da justiça social e a defesa dos direitos dos povos indígenas na construção de projetos escolares diferenciados, que contribuam para a afirmação de suas identidades étnicas e sua inserção digna na sociedade brasileira (MEC, 2012, pp 3-4).

Nas últimas décadas as comunidades indígenas lutam por uma educação diferenciada e descolonial e liberta das marcas colonial, assimilacionista e integracionista do período colonial. A escola indígena hoje tem se tornando um local de afirmação de identidades, de valorização dos saberes próprios e de pertencimento étnico. O direito à escolarização nas próprias línguas, a valorização de seus processos próprios de aprendizagem, a

formação de professores da própria comunidade, a produção de materiais didáticos específicos, a valorização dos saberes e práticas tradicionais, além da autonomia pedagógica, são exemplos destes novos papéis e significados assumidos pela escola (MEC, 2012). A escola constitui, assim, para os índios, instrumento de valorização dos saberes e processos próprios de produção e recriação de cultura, que devem ser a base para o conhecimento dos valores e das normas de cada povo, tendo a escola na legislação nacional, como objetivos:

Proporcionar os índios, suas comunidades e povos, recuperação de sua memórias históricas; reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências. Também garantir aos índios suas comunidades (MEC, 2012, p.5)

Esses artigos, e leis citadas acima, em suma são as que asseguram a educação escolar indígena, de ser uma escola específica, diferenciada e intercultural, a fim de serem povos livres, capazes de construir currículos escolares na base das suas vivências e culturas próprias, para romper com o epistemicídio colonial, tornar uma educação descolonial, fazer com que seja do jeito deles. Além disso, a escola passa a assumir um papel importante na reconquista dos territórios tradicionais, pois estando assegurado o direito do currículo próprio os índios podem exercer suas autonomias no processo de ensino e este não está desvinculado da luta pela terra como podemos ver no Projeto Político Pedagógico do povo Xukuru:

Portanto na educação Xukuru se ensina a ser guerreiro. Para ser guerreiro aprendemos sobre a nossa organização, sobre a nossa história, sobre o nosso ritual, sobre o nosso território. Assim no Xukuru se aprende com a Natureza, com os Toiope [anciãos], com os antepassados, com a luta, com as lideranças, com a organização. Aprende-se no tempo das festas, no tempo do toré, no tempo de plantar e colher, no tempo da Natureza Sagrada. Aprende-se nos espaços da roça, na casa, nas reuniões, nas retomadas de terra, nas águas, nas pedras sagradas, no terreiro do toré, na feira e também na escola. E, pois através da nossa educação que garantimos a continuidade do nosso projeto. O nosso projeto de vida é continuar sendo Xukuru, habitando o território dos nossos antepassados, mantendo nossa forma de organização política, praticando nossos rituais, lembrando e fortalecendo nossa história (PPP XUKURU, 2005, p.7)

No estado do Ceará o movimento de professores indígenas vem lutando pela escola específica, diferenciada e intercultural desde o final da década de 1980 junto com a luta por seus territórios e pelo reconhecimento de suas identidades. Segundo dados da Secretaria Estadual de Educação do Ceará (2016) são 37 escolas indígenas no estado, entre estas escolhi a Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, do povo Kanindé.

O povo Kanindé de Aratuba está situado no Brasil no estado de Ceará, no município de Aratuba, região do Maciço de Baturité (veja no anexo 2 o mapa dos povos indígenas no Ceará). O povo Kanindé é um povo muito conhecido no estado e na região nordeste pela sua experiência com o Museu Indígena, sendo esta uma experiência muito significativa que articula história, memória, identidade e educação.

Conheci o Kanindé durante as aulas da temática indígena na Unilab e me interessei por eles porque este povo usa a escola para descolonizar, através dos conhecimentos dos mais velhos que entram na escola. Para a elaboração deste projeto de pesquisa realizei uma visita de campo na escola e conversei com professoras e a diretora da escola, as disciplinas que são mais valorizadas são aquelas que partem dos conhecimentos do próprio povo e da realidade cultural da etnia, e discutem coletivamente o que deve ser ensinado ou não, a fim de descolonizar e para não dependerem mais dos “brancos”. Como me informaram as professoras, a escola indígena Manuel Francisco dos Santos surgiu nessa perspectiva da descolonização.

Segundo a fala de um entrevistado, Elenilson Gomes, índio de Aratuba, professor da história e sociologia, filosofia e geografia, no Ensino Médio da escola indígena Manuel Francisco dos Santos:

A educação escolar indígena hoje para o povo de Kaninde é um espaço de vivência, de fortalecimento intelectual, a escola indígena Manuel Francisco dos Santos surgiu há dez anos, a gente não tinha a intenção de se ter ou construir uma escola, porque antes a comunidade estudava numa escola não indígena, do ensino brasileiro, com a educação eurocêntrica. Éramos tratados como pessoas afastados, que não faziam parte daquela sociedade educacional, aí entra a questão dos preconceitos, dos desrespeitos, e a gente pensou porque não ter a nossa escola indígena? Porque não pensar a construir dentro da comunidade, da organização social da aldeia, uma escola nossa, uma escola onde a gente possa construir a partir do fortalecimento étnico e cultural e sobretudo para o

desenvolvimento intelectual? Pois a gente não concordava mais, nunca concordamos, mas éramos obrigados a aceitar aquela escola, agente resolveu naquele momento criar uma escola nossa, uma escola que nós pensamos na descolonização, que vai ser gerenciado por índios e uma escola que possa sobretudo formar os índios para serem os índios, não para fugirem da sua realidade (Elenilson Kanindé, professor, 24\06\2017)

A descolonização na perspectiva indígena é a luta para desconstruir, sobretudo as questões das organizações etnocêntricas que dominam e colonizam de certa maneira as instituições indígenas, é uma maneira sobretudo de desconstruir todos os pensamentos que envolvem as verdadeiras existências, sobretudo a essência de ser indígena, as vivências, aos valores, sobretudo as práticas educacionais, deixando de lado essa educação eurocêntrica e novamente tentando trazer brotar a cultura indígena, esses processos voltados de maneira específica para a construção do saber indígena sobretudo o fortalecimento das lutas e a formação intelectual para os indígenas dentro da sua realidade social,

Ser um índio é uma gama de significado que ainda está presente dentro do sentimento da vivência do meu povo que está ligado ao modo da vivência própria, ao trabalho, à produção, a maneira da organização, às crenças religiosas, às danças, etc. E ser índio Kanindé, é sobretudo ainda poder praticar minha cultura, é ter ainda dentro do meu instituto todos os valores, as crenças, todos os sentimentos que me dá esse suporte cultural para poder ainda dizer que sou Kanindé (Elenilson Kanindé, professor, 24\06\2017)

Para a escola indígena Manuel Francisco dos Santos tornar-se descolonial, existem disciplinas voltadas aos saberes próprios do povo, as quais valorizam seus saberes, a escola é um instrumento da valorização dos saberes próprios e um mecanismo para descolonizar dos saberes eurocêntricos. Segundo o meu entrevistado:

Para o ensino fundamental temos disciplinas que trata da nossa realidade, como a arte e cultura, expressão corporal e espiritualidade indígena, que são todas voltadas especificamente às práticas indígenas dentro da realidade da comunidade. E para o ensino médio, trabalhamos de maneira específica a filosofia, museologia, antropologia, medicina tradicional e organizações (estudos sobre a terra). Essas

disciplinas todas são voltadas para o ponto de resgate da memória do povo Kanindé, das nossas organizações, voltadas para a terra, medicina tradicional, tudo isso ligado à prática indígena do Kanindé. Disciplinas para o fortalecimento étnico e cultural do povo (Elenilson Kanindé, professor, 24\06\2017).

O Professor Elenilson também explica como ocorre na prática a interação da escola com os mais velhos e fala da situação sociolinguística do povo:

Uma semana durante cada mês a escola para de utilizar o espaço escolar, a sala de aulas, o ensino é dotado especificamente aos valores e modos indígenas dentro da comunidade, nessa semana que a comunidade se transforma, tendo como os professores, os sábios, velhos da comunidade, que a gente chama de guardiões da memória do povo Kanindé. A respeito da nossa língua própria, existe uma grande dificuldade ainda, porque a língua tinha acabado, o que a gente faz hoje é adotar a fase de construção e resgate de elaboração da língua nos cursos de formação dos professores, numa maneira bem específica: no primeiro momento e no segundo momento a gente passa o que sabe da língua ainda de maneira bem simples para os alunos na sala de aulas, porque a gente quer fazer uma coisa segura, já que é uma língua meramente apagada. Com poucas palavras resgatadas mas a gente ensina (Elenilson Kanindé, professor, 24\02\2017).

Como afirma meu entrevistado “o papel da escola nesse contexto é fazer com que tudo isso seja fortalecido e que seja difundido não só na comunidade mas também na escola”. São essas experiências de educação escolar indígena no Brasil, através da delimitação do estudo no caso da escola Kanindé, que me parecem muito úteis para eu pensar, refletir, problematizar a política de educação escolar em Guiné Bissau, considerando e respeitando todas as diferenças históricas dos tipos de colonização e das etnias.

Considerando que é meu interesse de pesquisa pensar a educação descolonial dos índios Kanindé para pensar sobre a escola em Guiné Bissau, fui em busca de ouvir também as experiências escolares dos guineenses estudantes na Unilab. Entrevistei três estudantes, de etnias diferentes, sendo que um deles também foi professor na educação básica no interior. Eu senti necessidade de compreender se a minha experiência escolar era percebida de modo semelhante por eles, aquilo que eu digo de uma escola ainda presa ao

padrão de conhecimento do colonizador que nega os saberes próprios dos guineenses. Vou mostrar agora um pouco da educação em Guiné Bissau.

Guiné Bissau, está situada na costa ocidental do continente africano, estendendo por uma área de 36.125km². (ver mapa da Guiné-Bissau, no anexo 1). A superfície habitável é apenas de 24.800km² devido as terras inutilizadas pelas inundações das marés fluviais e pelo alargamento causado pelas chuvas regulares e periódicas. O país se limita com Senegal ao norte, e leste e ao sul com a república da Guiné Conakry. Guine Bissau é banhado pelo oceano Atlântico. Sua população é estimada em cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes e deixou de ser colônia de Portugal em 1973, quando conquistou a independência (AUGEL, 2007, p.50).

No contexto da educação do meu país, eu pergunto “o que é descolonizar na perspectiva dos guineenses?”. A própria compreensão da descolonização é tudo o que deve ser entendido e colocado na prática na Guiné Bissau para avanço do país do meu povo, principalmente a descolonização das mentes. A meu ver estamos ainda muito colonizados porque há um pensamento predominante de que as culturas, as línguas e o pensamento europeu, que nos foi imposto, é melhor e mais importante do que as culturas, as línguas e o conhecimento tradicional das etnias presentes no país.

Segundo Joselino, que estudou na escola pública do país, atualmente, estudante do curso de Letras na Unilab, afirma que:

Na escola que eu estudei é voltado mais na realidade europeu, nada ligada a minha etnia ou povo, não aprendi na escola. Em relação às práticas culturais: rituais, costumes, não aprendi nada a respeito deles na escola (Joselino, Guineense, estudante de Letras, 19\06/2017)

Um segundo entrevistado, também estudante guineense de Letras na UNILAB, me afirmou o seguinte quando perguntei se ele havia estudado algum saber da sua etnia na escola:

Independentemente da escola que eu estudei, as escolas da Guiné Bissau não trabalham nas coisas ligada ou no que diz respeito ao ensino dos nossos valores próprios, porque nosso estilo de ensino, nossa escola, segue o padrão de modelo europeia, ainda que dissemos que somos independentes, mas existe ainda os traços europeus, a escola preserva ainda a formalidade europeu, cultura ocidental (Emerson Cá, Guineense, estudante de Letras, 19\06/2017)

O terceiro entrevistado, estudante do curso de Bacharelado em Humanidades na UNILAB, além de aluno foi professor da educação básica. Na visão dele, sobre se estudou algum conhecimento próprio da sua etnia e mesmo da Guiné na escola:

Praticamente não aprendemos nada, sobre tudo a minha língua étnica, não aparece na escola, a cultura, não tinha uma matéria específica que fala da minha própria cultura. No quarto ano aprendi pouco sobre a cultura guineense, que só mostrava os diferentes grupos étnicos existente na Guine Bissau. A língua que era falada na escola era o português, e da minha história também não aprendi nada na escola, as coisas que eu sei da minha etnia foi fora da escola, na escola parecia invisível e silenciado (Carlos Pereira, Guineense, estudante do BHU, 06\06/2017)

A partir das falas dos interlocutores dessa pesquisa inicial para fundamentar meu TCC, percebe-se que a educação escolar da Guine Bissau, está totalmente colonizada, produzem os saberes dos colonizados e ainda desvalorizam os saberes próprios do povo. As vezes essas práticas feitas nas escolas dificultam os alunos na aprendizagem e na socialização. Segundo Joselino:

Era proibido de falar crioulo na escola e isso fazia-me limitar-se na escola, porque não tinha domínio e articulação em falar a língua portuguesa. A direção da escola entendia por bem privilegiar mais a língua portuguesa na escola, porque é língua oficial e do seviço, e por ser a língua dos colonizadores. O tempo que fazíamos na escola era tão pouco, passávamos mais tempo na casa e nos outros lugares, ali só falamos crioulo e línguas étnicas, por isso obrigava que na escola falássemos só o português. Para mim não existe língua étnica, é a questão dos colonizadores, por serem hegemônicos. Duma certa forma essa proibição da língua crioula e étnica me dificultaram tanto no aprendizado e na socialização, porque as formas que os nossos professores usam a língua portuguesa para nos ensinar, era uma forma incorreta, não nos possibilita, a língua

portuguesa não é a nossa primeira língua. A maioria dos alunos como eu nasceu no interior, não cheguei a ter contato com a língua portuguesa, aprendi a língua Papel, depois crioulo, o português vem como a minha língua terceira, comecei a ter contato com ela já adulto em sala de aula (Joselino, Guineense, estudante de Letras, 19\06/2017).

Joselino também analisou a questão das hierarquias entre as línguas. Em Guine Bissau há um pensamento de que a língua portuguesa é a língua superior:

E o principal motivo é o preconceito que herdamos dos colonizadores, entendemos que o bom modo de falar, é quando falamos na norma padronizada, sem lembrar que toda a língua é língua e existem variedades, por isso temos que respeitar as variedades linguísticas. Embora tenha a língua que a nossa sociedade elegeu como padrão (portuguesa), mas temos que acabar com isso e ensinar que a nossa sociedade tem variedades linguísticas próprias, assim mesmo quando estiver num ambiente fora dos seus costumes, souber valorizar o seu e doutros, para que possa evitar os preconceitos, a falta de valorizar suas culturas traz a falta de progressão (Joselino, Guineense, estudante de Letras, 19\06/2017).

Essa questão da superioridade da língua portuguesa em relação as línguas em Guiné foi recorrente nas entrevistas, assim como a questão da dificuldade de aprendizado devido a imposição do português, uma vez que é a nossa terceira língua. Carlos vai explicar que,

O ensino era na língua portuguesa, caso o aluno ou aluna falasse a língua étnica ou crioula, era punido, com a orelha de burro ou com um fio de osso na garganta. Já fui proibido de falar crioulo na sala de aula no sétimo ano, a língua crioula e étnica não era valorizado na minha escola. Eu tinha dificuldade em aprendizado e em socialização, mais na época eu não sabia que eu tinha essa dificuldade, só agora que vim a notar, na altura que eu estudava não sabia falar português, li, mas sem saber o que era, tudo era explicado em português, não percebia nada. Em termo de socialização, também me dificultava tanto com os meus colegas e com os professores, sobretudo com aqueles colegas mais avançando em português, me sentia tímido, fracassado, porque não aprendia discursar em português só sabia ler em português, devido a isso me ficava isolado (Carlos Pereira, Guineense, estudante do BHU, 06\06/2017)

O Carlos continua explicando que quando foi professor produzia o mesmo ato, segundo a sua justificação:

Eu dava aulas aos alunos de quinto e sexto ano, nas disciplinas educação visual e ciências sociais. Ensinava os meus alunos em língua portuguesa, devido a oficialização. Para ser claro da maneira que eu sentia dificuldade em falar o português em meio das pessoas, minha intenção era de fazer os meus alunos aprenderem o português para não passarem a mesma situação que eu tinha passado ou a mesma dificuldade, pensando que ia lhes fazer aprender e assimilar a língua portuguesa. Eu me esforçava sempre em polos a falar a língua portuguesa, quer má falada ou bem falada, o importante que falassem o português não língua étnica ou crioula na sala de aula, a fim ou a vantagem de assimilação em língua portuguesa (Carlos Pereira, Guineense, estudante do BHU, 06\06/2017)

Carlos foi o professor de ciências sociais, para saber se traz questões dos valores próprios da sua sociedade, perguntei-lhe se o currículo que ele trabalhava trazia a história e cultura local, segundo ele:

Eu como o professor da ciências sociais, meu currículo baseava mais nas histórias e sociedades ocidentais, o que foi ensinado é o que as maiorias de estudantes guineenses vê na escola. E pouco sobre a minha sociedade, porque a nossa história foi destacada e desenvolvida muito pouco, não tinha domínio sobre ela, porque não fui ensinado sobre ela na escola, não podia ensinar o que eu não tinha domínio (Carlos Pereira, Guineense, estudante do BHU, 06\06/2017).

Segundo o entrevistado ele só podia produzir o que ele aprendeu na escola, e “ a escola não apenas produz e socializa saberes, ela também produz experiências cotidianas que vão integrando a pessoa a uma lógica de sociedade e ao mesmo tempo, vão produzindo o lugar social que esta pessoa irá ocupar ” (CIMI, 2015, p.15).

Para saber se ele na verdade valorizava os seus saberes, independentemente, do lugar onde ele aprendeu, perguntei-lhe se acha importante o ensino bilíngue e a valorização da cultura própria na escola, respondeu:

Eu acho que ensinar bilíngue e a valorizar a cultura própria na escola tem grande importância, sobretudo na nossa sociedade, porque a língua que é mais usada dia a dia na nossa

sociedade é a crioula, então é interessante ensinar também mais em crioula. Se tinha como fazer tradução de todo nosso currículo escolar, seria muito bom, a crioula é a língua que a gente mais entende em relação ao português, por isso devia ser ensinada nas escolas. A nossa cultura também deveria ser ensinada nas escolas, somos testemunhas, vimos como fomos incontinentes a valorizar mais a cultura que não é a nossa, e devido a isso há desperdício da nossa cultura, esse é momento de pensarmos e retomarmos o estudo da nossa cultura e história, porque temos, mais não sabemos dela (Carlos Pereira, Guineense, estudante do BHU, 06/06/2017)

Na pesquisa de revisão bibliográfica encontramos uma monografia do curso de pedagogia na UnB sobre educação bilíngue em Guiné Bissau. A autora Agnes Caroline Silva Chmann, uma brasileira, escreve a partir de suas experiências vivenciadas em uma comunidade na Guiné-Bissau durante cinco anos, no período da sua própria escolarização básica. Ela percebeu a realidade da educação nas instituições escolares da Guiné Bissau. A alfabetização em uma língua estranha aos estudantes é o algo que chamou a atenção e estes fatos tornaram-se preocupante e estranha, foi o seu problema de pesquisa. Estudou o 1º ano do Ensino Médio ou 9ª Classe na Guiné-Bissau, ela estudou no currículo guineense, com professores guineenses, aprendeu falar e escrever o português, uma vez que não podiam falar crioulo na sala, reparou nas dificuldades que os colegas guineenses tinham no aprendizado na escola, a distância que tinham daquele mundo letrado. Ela chamou o português da língua estranha porque a língua portuguesa para a maioria da população seria a terceira ou quarta língua. Ela defende que em Guiné têm como primeira língua (L1) o crioulo e a línguas pertencentes às etnias presentes na Guiné-Bissau como segunda língua (L 2), o que é correto.

Segundo ela as dificuldades na alfabetização em Português são muitas, visto que os alfabetizados se encontram em um contexto multilíngue, onde nenhuma das línguas de seu domínio é contemplada no processo de ensino-aprendizagem (Agnes, 2014).

Em seu trabalho, Agnes também identifica que há, principalmente entre a juventude guineense, um pensamento que reforça a hierarquia, a superioridade do colonizador, achando que o português é a língua mais padronizada em relação a nossa língua crioula e línguas étnicas. Alguns acham

que se nossas línguas forem oficializadas o país não vá a lugar nenhum, porque em nenhum país fala o crioulo igual ao nosso. Alguns com ideias dos colonizados, de que os civilizados são aqueles com olhar, pensamento e valores europeu. Um exemplo disso é trazido na entrevista de Carlos:

As vestes tradicionais, independentemente da escola tem menos valor atualmente, mesmo na sociedade guineense prove isso, quando uma pessoa vestiu dela, é visto como atrasada, e devido a vergonha leva a pessoa a não vestir os traços que representa sua etnia. Na minha escola tem uma uniformização nos liceus: calça e camisa da escola, e alunos são obrigados a se vestirem esse uniforme e proibidos de se vestirem as roupas tradicionais. Mesmo eu não dou valor às vestes tradicionais, e é raro de me vestir dele, e agora que vim a dar valor mais nas coisas culturais (Carlos Pereira, Guineense, estudante do BHU, 06/06/2017).

Porque não libertamos desses pensamentos ainda? Será que a independência (24 de setembro de 1973) nos fez a ser dependentes? Porque os nossos líderes lutaram contra os colonizadores? Devemos refletir nessas questões para sabermos se na verdade a independência nos fez a descolonizar. Para o José Martí “o problema da independência não é a mudança de formas mas de espírito” (Streck, 2010, p. 21). Se na verdade somos independentes, porque ainda continuamos a dar valor mais a cultura europeia com aquela mente e visão de serem mais “civilizados”? Porque nós mesmos continuamos a fazer a mesma coisa que os europeus nos faziam? Mais análises dos entrevistados para pensar sobre estas questões:

A escola em que eu estudei é pública atualmente, mas com a iniciativa comunitária, e o estado apropriou dela, existia só uma sala, a escola era da época colonial, era feito pelos colonizadores, que era só uma sala na altura de quase 7 metros. Depois as outras salas são feitas pela comunidade. Era uma escola ao mesmo tempo era polícia, era prisão na época colonial, era chamado por escola de tuga, que significa escola dos brancos. Segundo os mais velhos na escola só ensinava os portugueses, tinham a residência perto da escola, e só estudavam lá os filhos que tinham privilégio, por exemplo, filhos de régulos, filhos de chefes das aldeias, o que são ensinados lá, são o que atualmente estamos a descobrir na Unilab, como os portugueses dominavam através dos seus ensinamentos na época colonial, através da exploração e escravidão. E esses mesmos alunos vieram a serem professores e proprietários de impor as leis e saberes europeu, ensinam o que foram ensinados por

portugueses, e só eles que recebem grandes cargos na comunidade, faziam aquele lugar também, da escola, de prisão ao mesmo tempo, mesmo depois da independência, faziam o mesmo que os colonizadores faziam, até na minha época nos fechavam naquela escola, era bem escura, se for de manhã, vais ficar presa até a noite sem comer, sem água. Mas já nos últimos tempos essas práticas estão a terminar (Carlos Pereira, Guineense, estudante do BHU, 06\06/2017).

Quando eu pergunto se ele vê diferença entre as escolas em Bissau e no interior, me responde o seguinte:

Existe sim, a diferença entre as escolas em Bissau e no interior, em dificuldades de encontrar os meios ou materiais para os alunos, e sobre tudo por interior ser o interior, e quando um aluno do interior terminar o liceu, ao entrar no capital para a universidade, encontra várias dificuldades na sala de aulas, como: a intimidade, pouco se interage com os de capital, devido certas limitações tanto na língua portuguesa e na crioula (Carlos Pereira, Guineense, estudante do BHU, 06\06/2017).

Digo eu que somos mais injustos por nós mesmos, porque eles faziam isso só para dominar e explorar-nos, essa foi uma das estratégias que eles usavam. E nós? O que vamos ganhar reproduzindo a mesma prática que eles faziam? Porque não ensinamos nas escolas as nossas culturas, línguas e história? Segundo o Paulo Freire na sua obra “ Cartas a Guiné Bissau” (1977) confirmou que as escolas deveriam trabalhar na reconstrução do país, na retomada da história e das culturas, porque o país não partia do zero e nem todo o projeto da colonização tinha conseguido destruir nossos patrimônios culturais, educacionais e linguísticos,

Sabíamos que iríamos trabalhar não com intelectuais “frios” e “objetivos” ou com especialista “neutros”, mas com militantes engajados no esforço sério da reconstrução de seu país. De reconstrução, digo bem, porque a guiné Bissau não parte de zero, mas de suas fontes culturais e históricos, de algo de bem seu, da alma mesma do seu povo, que a violência colonialista não pode matar (FREIRE, 1977, p.15)

Isso mostra que Paulo Freire enxergou que tínhamos os nossos próprios costumes, que poderiam ser reconstruídos e libertos do epistemicídio. A partir

do pensamento de Paulo Freire sobre Educação em Guiné Bissau, me surgiu mais inquietações para esta pesquisa: será que se continuemos a não valorizar e ensinar a nossa história, culturas e línguas dentro e fora da escola, não vai desaparecer pela influência colonialista? Claro que pode, pode demorar, mas pode sim, tem um ditado da Guiné Bissau que diz: “ki ku bu sumia el kuta kuji”, que significa “o que semeais isso colherá”.

Uma experiência concreta que demonstra essa afirmação é a minha história de vida e sua relação com a minha trajetória escolar em Bissau, nasci depois de alguns anos da independência, mas não sei quase nada do meu país e nada mesmo sobre a minha etnia e, logo, não falo a minha língua étnica. A minha realidade é a mesma da maior parte da juventude que nasceu em Bissau e na minha compreensão isto é consequência de uma posição meramente estúpida por parte do Estado do meu país que negou a necessidade de uma educação escolar a partir dos valores e interesses do próprio povo, pois se respeitassem e reconhecessem o esforço dos líderes que lutaram e deram a vida pelo bem e futuro do nosso país contra os europeus, os governos que estiveram à frente do Estado depois da independência dariam valor e mudavam o histórico da educação escolar da Guiné Bissau.

Por isso eu insisto na pergunta: será que a educação escolar em Guiné Bissau descoloniza ou reproduz o pensamento ocidental e eurocêntrico? A educação escolar em Guiné Bissau ainda não descolonizou porque reproduz exclusivamente o pensamento ocidental e eurocêntrico.

Esse momento de libertarmos, segundo o Aníbal Quijano afirma que “é o tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo enfim, de deixar de ser o que não somos!” (Streck, 2010, p. 21)

Nos primeiros momentos de Paulo Freire em Bissau ele reparou que educação escolar do país, depois da independência, continuou a introduzir o sistema geral do ensino herdado do colonizador. Ele defendeu a ideia de que fossem capazes de estimular, pouco a pouco, a sua radical transformação, com a criação de uma nova prática educativa que expressasse uma outra concepção da educação (FREIRE, 1977).

A descolonização escolar foi um dos principais objetivos defendidos por Paulo Freire em sua colaboração com a educação da Guiné Bissau. Na busca

de tentar resolver esse problema ele trabalhou em sentido da transformação do sistema educacional herdado do colonizador, com a ajuda dos professores guineenses e os velhos (FREIRE, 1977).

Os velhos são fundamentais na descolonização do nosso ensino escolar e do currículo, pois eles são os guardiões da memória e biblioteca para a nossa história e costumes, devemos aproveitar os nossos velhos antes que seja tarde, como diz o A. hampate Ba, os velhos são como bibliotecas. Maioria dos jovens guineenses que conhecem da sua etnia ou valores próprios aprenderam com os mais velhos não nas escolas, como explica Joselino Guimaraes, ele afirmou que tudo que ele sabe a respeito da sua realidade é graças ao pai dele, não aprendeu nada a respeito da sua realidade na escola:

Tudo que eu sei sobre os meus saberes próprios, aprendi com o meu pai, nada ligada a minha etnia ou povo aprendi na escola. Quando eu era mais novo dormia com o meu pai, ele me explicava a realidade da minha etnia, as gerações que me pertencem, dos meus ancestrais, ele me explicava por bem e por evitar futuras consequências, entendia que se eu não soubesse da minha realidade podia até interromper e constranger a minha carreira futuramente e não atingir o que pretendo atingir, me ensinou o que posso e não posso fazer, tudo que ele me ensinava era na nossa língua étnica (Papel), por isso até então tenho domínio e não perdi com a minha língua, meu pai é curandeiro, todas as práticas rituais que ele fazia, procurava me transmitir e ensina-los, aprendi muitas coisas com ele (Joselino Guimarães, Guineense, estudante de Letras, 19/06/2017).

Para que a nossa cultura ou história sejam implementados no currículo escolar, o Estado Guineense através do Ministério da Educação, deveria trabalhar e se fundamentar com os velhos, a fim de procurarem informações a respeito aos nossos valores próprios, devem aproveitar os velhos antes que seja tarde, pra que todos os alunos saibam primeiro do seu povo e valorizá-los. Toda cultura é uma cultura, e todas têm seus valores, como diz o entrevistado Joselino Guimaraes:

Valorizo os saberes do meu povo ou etnia, todo povo tem o seu saber, inclusive o meu povo, porque considero tão extravagante, porque me dá moral de saber relacionar com pessoas na sociedade, para não ter um comportamento antissocial, que vai respeitar todos e diferentes saberes, me

passaram os saberes que eu me valorize até então, me considero esses valores muito importante, por isso não pode se apagar, que deve ser protegido e praticado, para que possa prevalecer em nós (Joselino, Guineense, estudante de Letras, 19\06/2017).

A influência dos europeus domina pouco a pouco a nossa cultura. Essa questão veio a mim na hora certa, quando foi pedido em sala de aula para eu falar sobre a minha etnia, aí reparei que não sabia nada a respeito dela, triste foi, como digo que pertenço uma etnia e não sei nada a respeito. Será que pertenço ela, ou a minha identidade corresponde mais com a identidade europeia? Sim nem faço parte da sociedade europeia, e a sociedade onde faço parte dela, sei pouca dela, nós guineenses que estamos ainda presos mentalmente à cultura dos colonizadores precisamos refletir que identidade fala mais alto em nós. Segundo o Joao Pacheco de Oliveira (1999), a pessoa se identifica na sociedade em que ela está inserida e pratica os costumes do grupo daquela sociedade. A maioria das escolas na Guiné Bissau faz os alunos a perder com a sua identidade aproximando-os cada vez mais à cultura do colonizador. Reproduzindo a ideologia colonial por meio da Colonialidade do Saber. A educação escolar não pode fugir da realidade da sociedade, e aproximando mais com a realidade doutra sociedade, isso faz menos desenvolvimento do país, segundo o Paulo Freire (2011,p.13) não podemos esquecer que a escola também faz parte da sociedade.

4. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Compreender como a educação escolar contribui no processo de uma educação decolonial e libertadora através de um estudo comparativo entre as realidades educacionais de Guiné-Bissau e dos povos indígenas no Brasil.

Objetivos Específicos

- Identificar o significado de educação escolar decolonial na América Latina;
- Compreender o que é a educação escolar indígena no Brasil e analisar a

política de educação escolar para estes povos;

- Conhecer e compreender o projeto de educação escolar indígena do povo Kanindé;
- Analisar a política de educação escolar em Guiné Bissau;
- Identificar e analisar a educação escolar ofertada de Guiné Bissau;
- Fazer um estudo comparativo das realidades educacionais em Guiné Bissau e Brasil no contexto das demandas por uma educação bilíngue e multilíngue.
- Compreender e descobrir quais os métodos atuam na escola para descolonizar e dar valor mais as culturas neste mundo hoje muito eurocêntrico, e dar continuidade a uma cultura que um dia foi menosprezado pelo colono português.

Para orientar o desenvolvimento da pesquisa formulei algumas hipóteses:

- A educação escolar da Guiné Bissau é um processo de escolarização que mantém o padrão de pensamento da educação colonial, que ainda estão muito preso nas coisas ocidentais.
- A educação escolar indígena no Brasil é um exemplo de uma educação decolonial, porque é fruto da luta do movimento indígena.
- A experiência de educação escolar indígenas no Brasil é uma experiência que ajuda a pensar a necessidade de descolonização do saber em todas as educações coloniais principalmente para educação da Guiné Bissau.

5. Metodologia

A pesquisa a ser realizada neste trabalho pode ser classificada como uma pesquisa qualitativa. O método qualitativo para Elaine Linhares de Assis Guerra (2014) é o estudo da experiência humana que deve ser feito entendendo que as pessoas interagem, interpretam e constroem sentidos. Pode-se assim compreender que, a pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem

a um problema social ou humano.

Segundo a mesma autora (GUERRA, 2014, p.11), a cientista objetiva com o método qualitativo aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda que são as ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. Ela explica que:

o objeto de estudo envolve pessoas que agem de acordo com seus valores, sentimentos e experiências, que estabelecem relações próprias, que estão inseridas em um ambiente mutável, onde os aspectos culturais, econômicos, sociais e históricos não são passíveis de controle, e sim de difícil interpretação, generalização e reprodução (2014,p.11).

Já para Maria Cecilia de Sousa Minayo (2002), a pesquisa qualitativa nas ciências sociais, preocupa-se,

com um universo da realidade que não pode ser quantificado, responde questões muito particulares. Ela trabalha com universo de motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 23)

Nesse sentido que essa pesquisa vai abordar realidade escolar, buscar compreender as políticas, as crenças, valores, costumes, histórias dentro do campo escolar, de dois povos: escolas da Guiné Bissau e escola indígena do Kanindé de Aratuba, através dum estudo comparativo. Por estudo comparativo entende-se neste projeto:

com o estudo comparativo ou partir do raciocínio comparativo é possível identificar continuidades e descontinuidades, estabelecer similaridades e diferenças entre realidades observáveis de um determinado fenômeno (RESENDE, ISOBE, MOREIRA, 2013, P.2)

No caso da nossa pesquisa, procuraremos, do ponto de vista metodológico, não iniciamos nossa reflexão pelas semelhanças, mas pelas diferenças. A utilização do método histórico permite buscar as diferenças entre currículos escolares desses dois povos que passaram por processo da

colonização, se usam a escola como um mecanismo de descolonizar. Apoio na ideia de que

O princípio da comparação é a questão do outro, o reconhecimento do outro e de si mesmo através do outro. A comparação é um processo de perceber diferenças e as semelhanças e de assumir valores nesta relação de reconhecimento de si próprio e do outro. Trata-se de compreender o outro a partir dele próprio e, por exclusão, reconhecer-se na diferença” (RESENDE, ISOBE, MOREIRA, 2013, p.5).

Para o autor Creswell (2010) a pesquisa qualitativa é um processo que envolve questões e procedimentos que emergem os dados coletados no ambiente em que o participante se encontra a análise dos dados que se constitui a partir dos temas gerais e das interpretações feita pelo pesquisador acerca do significado dos dados. Neste sentido, esse estudo vai utilizar a estratégia qualitativa narrativa. A pesquisa narrativa é uma estratégia de investigação no qual o pesquisador estuda a vida de indivíduos e pede a um ou mais indivíduos para contar histórias sobre suas vidas (CRESWELL, 2010, p.38).

A escolha desse tipo de abordagem surge do interesse da minha história de vida, a partir dessa história, despertou o meu interesse ao tema. Em suma,

“O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2008, p.57)

5.1 Técnicas utilizadas

Segundo Santos e Clos (1998, p. 1) a técnica de pesquisa depende da natureza do problema que preocupa o investigador, ou do objeto que se deseja conhecer ou estudar. Ao escolher o método qualitativo de pesquisa para a corrente pesquisa, procuraremos fazer o levantamento de dados através da pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica sobre o tema a ser estudado vamos recorrer aos periódicos acadêmicos de referência,

realizando os fichamentos das matérias lidas, selecionando as obras e investindo nas coletas dos dados a serem examinados na pesquisa.

Para Minayo (2008), os instrumentos de trabalho de campo na pesquisa qualitativa permitem uma mediação entre o marco teórico-metodológico e a realidade empírica. Esse manual irá oferecer algumas considerações sobre os mais comumente usados, ou seja: entrevista, observação e grupos focais. É nesse sentido que usamos entrevista e a observação para a nossa pesquisa.

Já na elaboração deste projeto, realizei a entrevista para obter dados preliminares para fundamentar meu argumento. Esta ocorreu em dois momentos: em primeiro momento fiz com 3 alunos guineenses da Unilab, sendo dois estudantes de Letras que estudaram na capital do país, e um do BHU que foi professor no interior do país para entendermos a escola em Guiné Bissau. Ou seja, para identificar as experiências escolares em Guiné Bissau no que diz respeito ao conhecimento da própria cultura, história e língua; debater/compreender a opinião deles sobre a questão do ensino de português nas escolas em detrimento do crioulo e das línguas étnicas; saber os tipos de dificuldades que foram vivenciadas nas escolas.

Em segundo momento ocorreu com um professor indígena do Brasil, na escola indígena Manuel Francisco do Kanindé de Aratuba, para entendermos como usam a escola para descolonizar, uma escola diferenciada, dos currículos escolares, das disciplinas que tratam dos seus valores, costumes, histórias, a fim de descolonizar.

Escolhemos essas pessoas para conhecer suas opiniões sobre o fato e porque são capazes de nos fortalecer informações necessárias à nossa pesquisa pela experiência que possuem. Essa experiência de realizar tais pesquisas para a elaboração do presente projeto me serviu como um bom aprendizado e vou retomá-las no desenvolvimento da pesquisa, ampliando as questões de análise e também definindo melhor os/as interlocutores em Guiné e nos Kanindé. Para escolha dos/as entrevistados, Minayo (2014, p.21) explica que:

a representatividade do entrevistado deve ser garantida pela capacidade do sujeito fornecer as informações necessárias à sua pesquisa. Como se trata de abordagem qualitativa, a amostra é definida pela saturação da questão a ser analisada. Não há, portanto, um cálculo estatístico prévio para se definir o

número de sujeitos que comporão a sua amostra. Assim, quando já se tem informações ricas e suficientes para uma investigação científica, a coleta de dados pode ser suspensa e considerada finita. A técnica de entrevista, pelo tempo envolvido e pela busca da profundidade, acaba limitando o número de sujeitos a serem pesquisados.

Utilizaremos o tipo de entrevista aberta, onde cada entrevistado é convidado a falar livremente sobre um tema e o entrevistador pode fazer perguntas para alcançar a maior profundidade possível nas respostas. Os materiais utilizados serão gravações (celular) e diário de campo.

Para a técnica da observação, participaremos das atividades na escola indígena, onde teremos a oportunidade de fazer amizades com alguns membros do povo, conviver com eles. Para a elaboração do TCC isso já ocorreu em alguma medida, uma dessas atividades foi o II Fórum de Museus Indígenas do Ceará, que aconteceu no dia 09 a 11 de dezembro de 2016, onde pude conhecer a realidade do povo. E fiz algumas disciplinas a respeito da educação indígena com a minha orientadora.

A pesquisa de campo é importante para “conhecer o grupo a ser observado” como explica Eliane Guerra (2014), o pesquisador deve procurar adquirir uma visão de conjunto do grupo. É importante reconstruir a história de vida do grupo, levantar dados em documentos, conhecer pessoas e/ou instituições relevantes, anotar em seu diário de campo as observações relevantes da vida cotidiana do grupo em estudo (2014,p.33).

A respeito ao outro lado da pesquisa, educação escolar da Guiné Bissau, a observação será feita nos acontecimentos nas salas de aulas, ocorridos na minha presença no ensino básico a ensino médio. Ao longo da pesquisa pretendemos fazer mais observações na sala de aulas em ambas partes. Para realizamos a nossa pesquisa o observador vai ser participante e naturalmente, que é um tipo de pesquisa de observação da vida real.

Para a realização das entrevistas, pretende-se partir inicialmente do seguinte roteiro de perguntas que foram utilizadas na elaboração do TCC. A ideia é reelabora-lo, mas considerando que ele tem questões uteis.

A) Roteiro de entrevista com estudantes guineense que estudaram no capital:

1. O que aprenderam nas escolas em Guine Bissau sobre a própria cultura, língua, história; Se aprendeu conte como foi (valorizava os saberes do próprio povo, ou seja, as identidades étnicas, os saberes dos mais velhos, pedia para fazer pesquisa com a família sobre a própria realidade?)
2. Você foi proibido de falar crioulo na escola? Conte como foi? Se foi proibido: você teve dificuldade no aprendizado e na socialização com outros colegas por causa disso? Me diga o que você pensa dessa orientação nas escolas de Bissau de proibir falar o crioulo e/ou a língua étnica.
3. Você foi proibido de vestir sua roupa étnica na escola?
4. Você proibido de viver, praticar, usar algum elemento da sua cultura na escola?

B) Roteiro de entrevista com estudante e professor guineense do interior:

Como aluno:

1. O que aprendeu nas escolas do interior sobre a própria cultura, língua, história; se aprendeu conte como foi (valoriza os saberes do próprio povo, ou seja, as identidades étnicas, os saberes dos mais velhos, pedia para fazer pesquisa com a família sobre a própria realidade?)
2. O ensino era na língua étnica, no crioulo ou só no português. Conte, explique como a questão linguística era tratada na escola. Havia facilidade ou dificuldades para o aprendizado e socialização
3. E sobre os outros elementos da cultura, tipo: você foi proibido de vestir sua roupa étnica na escola? De viver, praticar, usar algum elemento da sua cultura na escola? Por ser uma escola no Interior me explique como era essa relação da cultura local na escola.

Como professor:

1. Em qual língua você ensinava aos seus alunos/as? E que vantagem ou desvantagem vc percebe nisto? Analise a questão da língua (étnica, crioulo e português) na escola
2. O currículo que você trabalhava trazia a história e cultura local?
3. Você vê diferença entre as escolas em Bissau e no interior? Qual?
4. Você acha importante o ensino bilíngue e a valorização da cultura própria na escola?

C) Roteiro de entrevista com o professor indígena:

1. O que é ser um índio e ser índio de kanindé
2. O que entende por descolonização na perspectiva indígena
3. O que é educação escolar indígena para o povo de kanindé, e como ela entra no processo da descolonização
4. Dentro da escola, ou sala de aulas, existem disciplinas voltadas à sua cultura, costumes e realidades próprias, se existem, quais são
5. O vosso currículo escolar, ensina mais os saberes dos colonizadores ou os saberes do próprio povo, e quais são as propostas pedagógicas da escola, voltadas à memória do vosso povo
6. Vocês trabalham com os mais velhos, como os resgatadores e guardião da memória
7. Valorizam a língua nativa dos índios, como ela é vista na escola
8. Você acha importante ter uma educação escolar diferenciada, voltada à realidade de uma sociedade e como contribui numa sociedade

Local de realização da pesquisa:

A pesquisa será realizada na escola indígena Manuel Francisco dos Santos, que está localizada no município de Arratuba. Nas duas escolas da Guiné Bissau, uma do interior e outra do capital, (escolas indefinidas no momento).

Descrição dos participantes

Os participantes que estarão inseridos nesta pesquisa serão alunos e professores da escola indígena de Manuel Francisco dos Santos, os alunos o que aprenderam a respeito dos seus valores e costumes próprios, aos professores, o que ensinam afim de descolonizar.

Outros participantes que vão estar inseridos, são estudantes guineenses da Unilab, estudantes do ensino básico e médio das escolas na guiné Bissau, e os próprios professores guineenses, principalmente das disciplinas: história, ciência sociais e linguística (língua portuguesa).

Outros procedimentos a serem utilizados

O presente trabalho será desenvolvido a partir de uma conversa com o núcleo gestor da escola indígena Manuel Francisco dos Santos, cacique, pajé e demais lideranças para entenderem a proposta da pesquisa e autorizarem. Pretendo também realizar pesquisa no próprio Ministério de Educação da Guiné Bissau para obter dados sobre o currículo escolar para que assim haja fontes que há uma educação ainda colonial mesmo após a independência. Visto que essa pesquisa terá o intuito de ajudar no crescimento e na valorização do saber e costumes próprios do país e seu fortalecimento educacional da escola nos currículos de ensino. A partir das mesmas, será realizado um estudo bem detalhado, do que os alunos relataram sobre os saberes e políticas do colonizador na escola. Enfim fazer introdução do presente trabalho na língua nacional na guine Bissau, a crioula.

Procedimentos éticos

Conforme os princípios éticos, buscarei realizar as entrevistas naturais, mantendo as falas reais dos entrevistados, me respeitando a fala e a diversidade de cada entrevistado. Tendo o compromisso de respeitar a fala dos participantes da mesma, de forma sigilosa em relação aos dados pessoais dos entrevistados, tornando de forma consciente somente os dados que os mesmos permitirem ser revelados para a minha pesquisa, prometo guardar as gravações das entrevistas da maior maneira possível.

Durante a entrevista, será relatado os entrevistados o objetivo central e

7. Referências

AUGEL, PARENTE, MOEMA. **O desafio do escombros: Nação, identidades e pos-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro- Brasil, 2007

BACHMANN, Agnes Caroline Silva, **O Multilinguismo no Contexto Escolar da Guiné-Bissau**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia), Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CIMI. Por uma educação descolonial e libertadora. **Manifesto sobre a educação escolar indígena no Brasil**. Brasília, 2015.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto/** John W. Creswell; tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. – 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

FREIRE, Paulo (1997) **Cartas a Guiné-Bissau; registros de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4.ed, 1984

GOMES, Alexandre Oliveira. **Aquilo é uma coisa de índio: objetos, memória e Etnicidade entre os Kanindé do Ceará**. (Dissertação de Mestrado) UFPE/Programa de Pós Graduação em Antropologia: Recife, 2012.

GROSFOGUEL, R. “La descolonización de la economía-política y los estudios poscoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global”. In **Tábula Rasa** (Bogotá, Colombia), nº. 4 (enerojunio),pp. 17-48. 2006

GROSFOGUEL, Ramon. Dilemas dos estudos étnicos norte-

americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 2, abr./jun. 2007.

GUERRA, Assis. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Ed. Edição Grupo Ânima Educação. Belo Horizonte 2014. p. 08-42

HAMPATÉ BÂ, Hamadou – A tradição viva em **História Geral da África I**. Metodologia e pré-história da África. Organizado por Joseph Ki-Zerbo. São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1980.

MENDONÇA, Caroline. “Guerreiras Indígenas Reunindo as Forças”: agência de mulheres indígenas e políticas públicas de educação escolar intercultural. In: SCOTT, Parry(org.). **Educação, Feminismo e o Estado no Brasil**. Recife: Ed.Universitária:UFPE, 2016 .

MINAYO, Maria Cecilia de Sousa. **Pesquisa Social: Teoria, Metodo e Criatividade**. 21-ed. Sao- Paulo Brasil, 2002

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. Sao Paulo; Hucitec, 2008

PORTO-GONÇALVES. Apresentação. Em: LANDER, Edgard (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur**, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas** (Colección Sur Sur).Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REZENDE. M. Valentina. Investigação Comparada em Educação: Aspectos Teóricos e Metodológicos. **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 2, n. 1 – jan./jul. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.).**Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

XUKURU. **Projeto Político Pedagógico: Plantando a Memória do Nosso Povo e Colhendo os Frutos da Nossa Luta**. Pesqueira, 2005.

Anexo 01

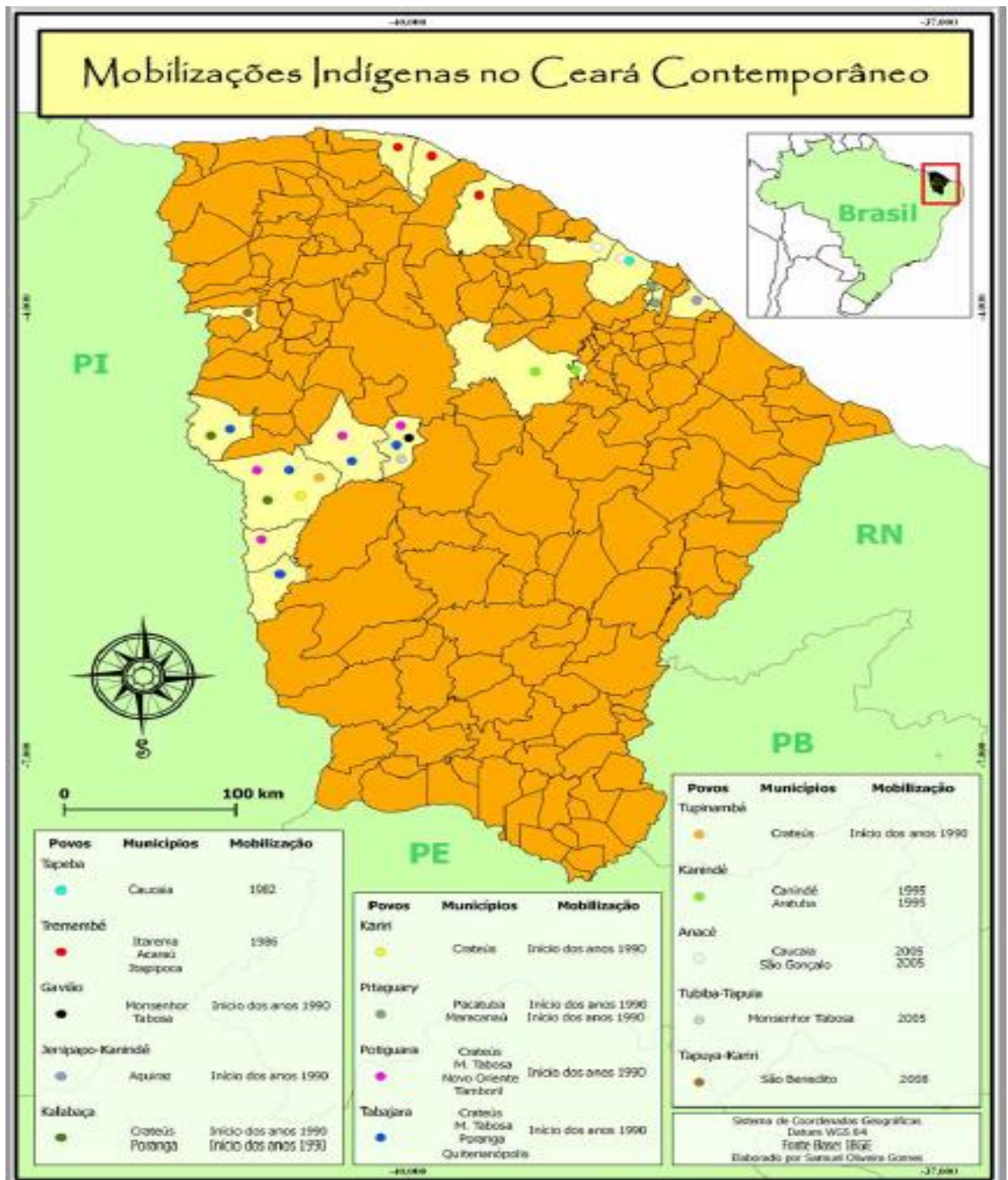
Mapa Físico da Guiné-Bissau



Fonte: Google Maps

Anexo2

Povos Indígenas no Ceará



Fonte: GOMES, 2012.